

**HABEAS CORPUS Nº 199632-7 – Petrolina (1ª Vara Criminal)**

**IMPETRANTE:** Bel. Antonio Alves de Melo Júnior (OAB/PE 748-B).  
**PACIENTE:** Igor Severo Neto.  
**RELATORA:** Des. Helena Caúla Reis.  
**RELATOR SUBSTITUTO:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos (Convocada).  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS PRESENTES: GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO SÃO SUFICIENTES AO ACOLHIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

I – Medida constritiva que se encontra lastreada em fatos concretos e com inegável respaldo na garantia da ordem pública, na aplicação da lei penal e na conveniência da instrução criminal, de modo que não se vislumbra qualquer ofensa ao princípio da motivação das decisões judiciais.

II – No caso *sub judice*, tem-se como certa a necessidade da segregação cautelar, com o fito de assegurar a garantia da ordem pública, a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal, com base no previsto no art. 312 do Código de Ritos Penais.

III - Conforme remansoso entendimento jurisprudencial, a alegada favorabilidade de condições pessoais do paciente não serve de supedâneo ao pedido de liberdade provisória, pois, de per si, a primariedade, os bons antecedentes, a profissão definida e o endereço certo não são suficientes para o seu acolhimento. Precedentes do STJ.

IV- Ordem denegada. Decisão unânime.

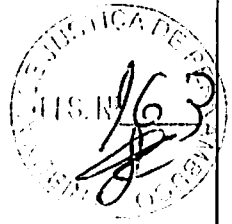
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 199632-7, no qual figura como paciente IGOR SEVERO NETO, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal desse Tribunal de



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Des. Helena Caúla Reis

126



Justiça de Pernambuco, na sessão de 27/01/2010, à unanimidade, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto, que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

*Relator Substituto*



127



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Desa. Helena Caúla Reis

**HABEAS CORPUS Nº 199632-7 – Petrolina (1ª Vara Criminal)**

**IMPETRANTE:** Bel. Antonio Alves de Melo Júnior (OAB/PE 748-B).  
**PACIENTE:** Igor Severo Neto.  
**RELATORA:** Desa. Helena Caúla Reis.  
**RELATOR SUBSTITUTO:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos (Convocada).  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal.

### RELATÓRIO

O Bel. Antonio Alves de Melo Júnior, (OAB/PE nº 748-B), ajuizou, com fulcro nos arts. 647 e 648, inciso I, do Código de Processo Penal, pedido de Ordem de *Habeas Corpus* liberatório, em favor de Igor Severo Neto, qualificado nos autos, preso preventivamente e à disposição do Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, ora apontado como autoridade coatora, requerendo a concessão de provimento urgencial e sua posterior confirmação.

Alega o impetrante, na peça vestibular de fls. 02/28, ausência de motivos justificadores da prisão preventiva, eis que a medida foi decretada em virtude de ter o paciente falsificado certidão de antecedentes criminais para tomar posse no cargo público de Policial Militar e, também, por ter fugido do HCTP, onde seria submetido a exame de sanidade mental, sendo que tais fatos, segundo afirma, não condizem com a realidade.

Sustenta que, nos autos de um dos processos a que o paciente responde pela prática de tentativa de homicídio qualificado, foi concedida liberdade provisória no ano de 2003 e, desde então, não surgiu qualquer fato novo que pudesse justificar a decretação da prisão cautelar.

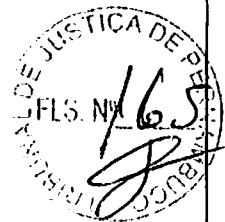
Destaca a favorabilidade das condições pessoais do paciente e afirma que o mesmo preenche os requisitos para a concessão do benefício da liberdade provisória.

A liminar foi indeferida (fls.106/107).

Instada a prestar as informações de estilo, a indigitada autoridade coatora informou que o paciente responde a 4 (quatro) processo perante aquele Juízo, sendo 2 (dois) por tentativa de homicídio e 2 (dois) por porte ilegal de arma de fogo. Afirmou que nos autos do processo nº 2001.0001940-4 foi instaurado incidente de insanidade mental do paciente, sendo que o mesmo fugiu do HCTP, onde realizaria o exame de psiquiátrico. Destacou que a prisão preventiva foi decretada em vista da presença dos



128



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Des. Helena Caúla Reis

requisitos da custódia cautelar e que *"a situação de indefinição processual ocorre por culpa exclusiva do acusado, o qual não atendeu ao chamado da justiça durante todo esse tempo"* (fls. 137). Com a referidas informações, o magistrado *a quo* fez anexar cópia do Requerimento de Prisão Preventiva, formulado pelo Ministério de 1º grau, e da decisão que deferiu tal pedido (fls. 138/147).

O Ministério Público, por meio de parecer da lavra da Exma. Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, opinou pela denegação da ordem (fls. 155/158).

É o relatório.

### VOTO

Em a sua petição inicial, sustenta a impetrante, em suma, que não estariam presentes os requisitos hábeis à manutenção da prisão preventiva do ora paciente, além do que o mesmo faz jus ao benefício da liberdade provisória, não devendo, por isso, ser mantido no cárcere.

Observando, todavia, o decreto de fls. 144/147 dos autos, verifico que a prisão do paciente deve ser mantida.

Consoante se depreende da análise da referida decisão, a medida constritiva está lastreada em fatos concretos, notadamente as circunstâncias e consequências do crime, a periculosidade demonstrada pelo paciente, o risco de intimidação das testemunhas e a sua conduta social, eis que sobre o mesmo pende a acusação de haver cometido outro delito (falsidade documental) durante o longo período em que esteve em liberdade provisória. Bem se vê, portanto, que a autoridade judicial não se limitou a reproduzir o texto legal, de modo que não se vislumbra qualquer ofensa ao princípio da motivação das decisões judiciais.

Na referida decisão, há inegável respaldo na garantia da ordem pública, na aplicação da lei penal e na conveniência da instrução criminal.

Ademais, pelo que se observa das informações prestadas pela indigitada autoridade coatora, o paciente não atendeu ao chamado da justiça a partir do momento em que lhe fora concedida a liberdade provisória, no limiar da ação penal, o que demonstra o risco de, estando em liberdade, empreender esforços para novamente ignorar os chamamentos judiciais, comprometendo a instrução criminal, ou até mesmo vir a fugir do distrito da culpa, como fez anteriormente quando se evadiu do Hospital Psiquiátrico onde se submeteria a exame de sanidade mental.



129



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Des. Helena Caúla Reis

É forçoso concluir, nesse ponto, que a liberdade do paciente pode culminar na ineficácia de todo o procedimento realizado, com a conseqüente inaplicabilidade da lei penal.

Destaque-se que a conduta criminosa do paciente apurada na ação penal que originou o presente pedido de ordem de *habeas corpus* reclama a garantia da ordem pública, tornando indubitosa a legalidade da custódia cautelar.

Isso porque, consoante se percebe pelos documentos anexados à exordial, o paciente, juntamente outrem, saiu em perseguição de terceiras pessoas, pelas ruas de Petrolina, efetuando disparos de arma de fogo que culminaram por atingir as vítimas (mãe e filho) que se encontravam numa calçada e nada tinham a ver com a perseguição (fls. 37 e 62).

Ademais, segundo consta no decreto constritor, a arma empregada no crime em questão é de grosso calibre e a ação criminosa deixou sérias sequelas psicológicas e físicas nas vítimas, inclusive deformações de difícil reparação por cirurgia plástica.

Por oportuno, merece transcrição o seguinte excerto do lúcido parecer ministerial:

*"Pela análise dos argumentos apresentados pelo Douto Juiz, podemos observar que os requisitos dos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, restaram configurados, face a comprovação da existência do crime, bem como indícios suficientes da autoria, bem como o fato do paciente ter fugido do HTCP e prestado concurso para Polícia Militar de Pernambuco, utilizando de um documento supostamente falso/dissimulado. Ademais, o paciente está sendo processado por outros crimes mais graves, inclusive pela prática de outra tentativa de homicídio e porte de armas na Comarca de Petrolina." (fls. 157).*

No caso *sub judice*, tem-se como certa a necessidade da segregação cautelar, com o fito de assegurar a garantia da ordem pública, a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal, com base no previsto no art. 312 do Código de Ritos Penais.

Por outro lado, assim como dispõe remansoso entendimento jurisprudencial, a alegada favorabilidade de condições pessoais do paciente não serve de supedâneo ao pedido de liberdade provisória, pois, de per si, a primariedade, os bons antecedentes, a profissão definida e o endereço certo não são suficientes para o seu acolhimento. O seguinte julgado do STJ ajusta-se ao caso:



130



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Des. Helena Caúla Reis

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DEMONSTRADA. REITERAÇÃO DA PRÁTICA DELITUOSA. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.**

1. *A necessidade da custódia cautelar restou demonstrada, com base em dados concretos dos autos, conforme recomenda a jurisprudência desta Corte, estando o decreto prisional fundamentado na reiteração de prática delituosa pelo paciente e na necessidade de se garantir a aplicação da lei penal.*
2. *As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa não são suficientes para garantir ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar.*
3. *Ordem denegada.*" (STJ, HC 50498/GO – 6ª Turma, Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 12.02.2007 p. 301.).

Assim, mesmo que estivessem presentes as condições pessoais favoráveis alegadas na exordial, o paciente não faria jus ao benefício da liberdade provisória, em face da clara presença dos fundamentos autorizadores da custódia preventiva, previstos no artigo 312 da Lei de Adjetiva Penal. É que, como é sabido, o benefício da liberdade provisória está subordinado à certeza da inoccorrência de qualquer das hipóteses autorizadas da prisão preventiva (Código de Processo Penal, artigo 310, caput e parágrafo único), decorrente dos elementos existentes nos autos ou de prova da parte onerada, o que não parece ser o caso dos autos, posto que o paciente, quando posto em liberdade, teria praticado outro delito (falsificação de documento), além de não ter atendido aos chamamentos judiciais.

Dessarte, anuindo com a Exma. Sra. Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, mantendo a custódia preventiva do paciente.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

Relator Substituto